



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PROCESSO TC nº 14.700/17**

### RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato da Presidente do **PBPrev** concedendo Pensão por morte do servidor Sr. José Roberto da Silva, 2º Sargento, Matrícula nº 513.776-4, lotado na Polícia Militar do Estado da Paraíba, tendo como beneficiária a Sra. Railda Silva Rocha. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo do benefício elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo Ministério Público junto a esta Corte de Contas.

É o relatório.

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
**Cons. em exercício - Relator**

### VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer Oral do Ministério Público Especial voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo de Pensão a Sra. Railda Silva Rocha.

É o voto!

*Antônio Gomes Vieira Filho*  
**Cons. em exercício - Relator**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

### 1ª CÂMARA

Processo TC 14.700/17

Objeto: Pensão

Beneficiário: Railda Silva Rocha

Servidor (a) : José Roberto da Silva

Órgão: **PBPrev**

Gestor Responsável: Yuri Simpson Lobato

Procurador/Patrono: Não há

Pensão – Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

### ACÓRDÃO AC1 – TC 2.278 /2018

**Vistos, relatados e discutidos** os presentes autos do **Processo TC nº 14.700/17**, referente à concessão de Pensão por morte do servidor José Roberto da Silva, 2º Sargento, Matrícula nº 513.776-4, lotado na Polícia Militar do Estado da Paraíba, tendo como beneficiária a Sra. Railda Silva Rocha, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **JULGAR REGULAR** o ato concessivo, tendo presentes sua legalidade e os cálculos dos benefícios efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento o Representante do Ministério Público.

**TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Cons. Adailton Coelho Costa.**

João Pessoa, 18 de outubro de 2018.

Assinado 25 de Outubro de 2018 às 09:41



**Cons. Fernando Rodrigues Catão**

PRESIDENTE

Assinado 24 de Outubro de 2018 às 17:03



**Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho**

RELATOR

Assinado 24 de Outubro de 2018 às 21:02



**Luciano Andrade Farias**

MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO